

## **Teleducação como estratégia para impulsionar a educação permanente em saúde na atenção básica no Brasil: uma revisão sobre iniciativas e desafios**

Cristina Célia de Almeida Pereira Santana<sup>1</sup>  
Universidade Federal de Goiás  
Goiânia-GO

Alexandre Chater Taleb<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Goiás  
Goiânia-GO

Estenio Da Costa Santos<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Goiás  
Goiânia-GO

**Resumo:** Teleducação como estratégia para impulsionar a educação permanente em saúde na atenção básica no Brasil: uma revisão sobre iniciativas e desafios. O presente artigo objetivou averiguar as iniciativas empreendidas para impulsionar a educação permanente em saúde dos trabalhadores na atenção básica, mediadas pela modalidade teleducação. Tratou-se de um estudo de revisão, com consulta às bases de dados acessadas por meio da Biblioteca Virtual de Saúde e PubMed, entre os meses de outubro e dezembro de 2023. Conforme critérios de inclusão pré-estabelecidos, foram selecionados 13 artigos. Após a análise e síntese, identificou-se que o método de escolha para os estudos foi o descritivo, com abordagem qualitativa e o foco temático centrado na oferta e avaliação de recursos da teleducação para trabalhadores alocados no Sistema Único de Saúde (SUS). A Teleducação foi concebida como uma estratégia executável e destaca-se a sua potencialidade para contribuir na capacitação da equipe multidisciplinar na atenção básica, por propiciar comunicação, interatividade, contato com os grandes centros e rede de apoio para resolução de demandas locais. O acesso e a adesão são percebidos como fatores intervenientes, sendo ainda necessária uma melhor adequação de recursos humanos e tecnológicos, como a conectividade. Estabeleceu-se que as ferramentas da teleducação já estão amplamente utilizadas e podem fortalecer a proposta de educação permanente em saúde no SUS, mas a estratégia ainda carece de melhor divulgação e sensibilização entre os profissionais e de mais incentivo ou apoio, para implementação, pelos gestores.

**Palavras-chave:** Teleducação. Educação Permanente em Saúde. Atenção Básica à Saúde. Profissionais de Saúde.

**Abstract:** Teleducation as a strategy to boost permanent health education in primary care in Brazil: a review of initiatives and challenges. The aim of this article was to investigate the initiatives undertaken to promote continuing health education for primary care workers, mediated by the teleducation modality. This was a review study that consulted databases accessed through the Virtual Health Library and PubMed between October and December 2023. According to pre-established inclusion criteria, 13 articles were selected. After analysis and synthesis, it was identified that the method of choice for the studies was descriptive, with a qualitative approach and the thematic focus centered on the offer and evaluation of teleducation resources for workers allocated to the Unified Health

1 Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO – Brasil.

2 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás/Ebserh, Goiânia/GO – Brasil

3 Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás/Ebserh, Goiânia/GO – Brasil

**System (SUS). Teleeducation was conceived as an executable strategy and its potential to contribute to the training of the multidisciplinary team in primary care stands out, as it provides communication, interactivity, contact with large centers and a support network for resolving local demands. Access and adherence are perceived as intervening factors, and there is still a need for better adaptation of human and technological resources, such as connectivity. It was established that teleeducation tools are already widely used and can strengthen the proposal for permanent health education in the SUS, but the strategy still needs better dissemination and awareness among professionals and more encouragement or support for implementation from managers.**

**Keywords: Teleeducation. Permanent Health Education. Primary Health Care. Health professionals.**

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a crescente acessibilidade aos recursos tecnológicos têm contribuído para impulsionar e ampliar a assistência remota na área da saúde. A telessaúde, originária deste processo, pressupõe a aplicação de meios tecnológicos e digitais de forma racional e ampla em todas as modalidades utilizadas para implementar a tríade assistência-ensino-pesquisa (WHO, 2016; Brasil, 2020; Marengo et al., 2022).

No Brasil, foi implantado em 2007 o *Programa Nacional Telessaúde Brasil* que, em 2011, foi reestruturado como *Telessaúde Brasil Redes*, com o objetivo primário de utilizar as modalidades da telessaúde para propiciar a expansão e a melhoria da qualidade da rede de serviços no Sistema Único de Saúde – SUS (Brasil, 2011; Ribeiro-Rotta et al., 2022).

A partir desta regulamentação, observaram-se progressiva adesão e participação dos municípios nas estratégias propostas pelo Programa. Este movimento facultou levar inovação à área assistencial e cooperar na busca por melhoria nos processos de promoção à saúde para o enfrentamento das vulnerabilidades e demandas da sociedade, principalmente, por meio da oferta de Educação Permanente em Saúde (EPS) para os profissionais que trabalham na Atenção Primária (Brasil, 2020; Ribeiro-Rotta et al., 2022).

A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) foi instituída em 2004, mediante a necessidade de qualificar os profissionais da atenção à saúde e propiciar melhor prática interdisciplinar. Desta forma, a PNEPS surge como uma estratégia do SUS para subsidiar a formação e o desenvolvimento dos seus trabalhadores, com a finalidade de agregar qualidade à assistência e aumentar a efetividade de atendimento (Andrade et al., 2020; Figueiredo et al., 2022; Jesus; Rodrigues, 2022).

Dentre as ações recomendadas na PNEPS cita-se o levantamento de necessidades loco regionais para capacitação individual e coletiva; o estímulo à interação entre os profissionais da assistência, gestores, docentes e alunos; a implementação de diretrizes para formação de novos

profissionais e a qualificação de gestores do SUS para o fomento de novas políticas (Andrade et al., 2020; Jesus; Rodrigues, 2022).

Nesta premissa, a telessaúde foi proposta como método factível para possibilitar e estimular a educação permanente em saúde dos trabalhadores lotados na Atenção Básica. Constituída por diversas modalidades como o telediagnóstico, a teleconsultoria e a teleducação, a telessaúde tem se estabelecido como estratégia para otimizar a transmissão do conhecimento e promover a assistência à distância, ampliar o acesso e o repasse de informação de forma rápida e segura que devem ser priorizados de acordo com as necessidades da comunidade a ser atendida, com adequado planejamento e otimização dos custos e recursos (Brasil, 2011; Harzheim et al., 2019; Botrugno et al., 2019).

Durante o advento da Pandemia pelo novo Coronavírus, em 2020, observou-se a consolidação da teleducação como uma ferramenta estratégica devido à demanda urgente para capacitação e qualificação dos profissionais, que atuavam na assistência em saúde. Neste contexto, os recursos de teleducação permitiram prover a informação de forma ágil, por meio da produção e a disponibilização de conteúdo digital, em tempo real ou por armazenamento virtual (Paloski et al., 2020; Silva, et al., 2021).

Considerando que este cenário veio contribuir para fortalecer a teleducação enquanto recurso para facultar o aperfeiçoamento dos profissionais de saúde, este artigo teve como objetivo averiguar as publicações que descrevem iniciativas, mediadas pela modalidade teleducação, utilizadas para impulsionar a EPS dos trabalhadores na atenção básica.

Espera-se que a apreciação destes estudos possa colaborar para compreender o processo de implementação da teleducação na formação e qualificação dos profissionais de saúde desde a criação do Programa Telessaúde Brasil, em 2007.

## **2. MÉTODO**

Trata-se de um estudo descritivo-qualitativo a partir de uma revisão integrativa da literatura. Esta abordagem é considerada oportuna por permitir a inclusão de variados trabalhos científicos sobre um determinado tema, o que facilita melhor investigação, síntese e compreensão do problema ou questão analisada (Cavalcante; Oliveira, 2020; Sousa et al., 2023).

O percurso metodológico incluiu as seguintes etapas: utilização da estratégia PICO para formulação da pergunta de pesquisa e definição dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (MeSH); busca nas bases de dados com critérios de elegibilidade; seleção, avaliação e síntese dos artigos; categorização temática; apresentação dos resultados e discussão (Sousa et al., 2023).

A técnica PICO considera a população (P), o fenômeno de interesse (I) e o contexto (Co). É indicada para pesquisas de revisão por permitir enfatizar os elementos chave, desenvolver

uma questão norteadora mais estruturada e possibilitar uma busca mais eficiente em bases de dados (Sousa et al., 2019; Sánchez-Martín et al., 2023).

Estabeleceu-se para este estudo: **P** (Profissionais), **I** (Teleducação para promover a Educação Permanente em Saúde) e **Co** (Atenção Básica). Esta delimitação propiciou construir a pergunta norteadora “Como a teleducação está sendo utilizada para promover a Educação Permanente em Saúde dos profissionais que atuam na Atenção Básica?” e elencar os descritores para a busca nas bases de dados.

Os estudos selecionados para análise foram identificados inicialmente por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Pubmed, com consulta às bases de dados LILACS (Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), MEDILINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*).

Na BVS foram utilizados os termos: “Telessaúde”, “Teleducação”, “Educação Permanente”, “Educação Profissional em Saúde”, “Atenção Básica” e “Atenção Primária à Saúde” em combinação adjunta dos operadores booleanos (AND e OR), como por exemplo: Telessaúde OR Teleducação AND Educação Permanente AND Atenção Básica OR Atenção Primária à Saúde.

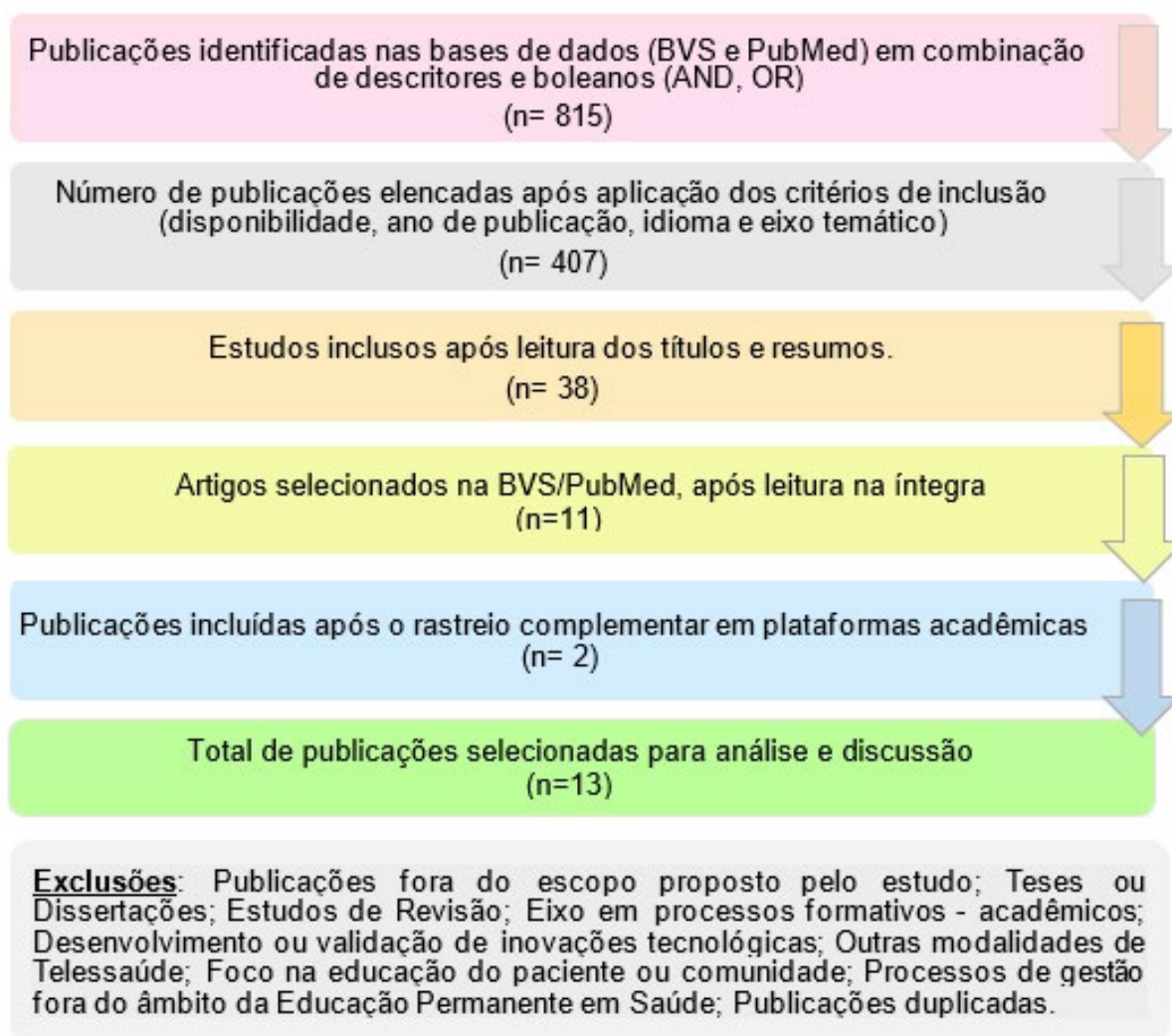
Na consulta realizada no PubMed, utilizaram-se os descritores: “Telemedicine”, “Distance Education”, “Continuing Education”, “Health Personnel” e “Primary Health Care”, igualmente com a associação dos booleanos (AND e OR), como: *Telemedicine AND Distance Education OR Continuing Education AND Primary Health Care*.

Como critérios para inclusão no estudo, determinaram-se os artigos que estivessem disponíveis na íntegra, publicados entre os anos 2007 e 2023, nos idiomas português, inglês ou espanhol e que abordassem a modalidade teleducação nos eixos educação permanente dos profissionais de saúde na atenção básica ou no âmbito do SUS.

A combinação dos descritores possibilitou o levantamento inicial de 815 publicações, das quais 407 atenderam aos critérios primários de inclusão. Após a leitura dos resumos e a realização da exclusão de artigos duplicados, foram escolhidos para leitura na íntegra 38 estudos, dos quais 11 foram selecionados para análise e discussão.

Como busca complementar, utilizaram-se os termos “Teleducação” e “Educação Permanente em Saúde” na plataforma de publicações acadêmicas Google Scholar. Este rastreamento permitiu identificar e incluir mais dois estudos, por sua relevância ao tema proposto. Desta forma, para análise e discussão final foram selecionadas 13 publicações. Para um melhor detalhamento do processo de busca e seleção dos artigos, criou-se o fluxograma representado na Figura 1.

Os dados obtidos por meio da leitura dos artigos foram dispostos em um quadro-síntese, o qual possibilitou organizar elementos, conceitos e características do processo de educação permanente mediado pela teleducação e definição das categorias temáticas para discussão.



**Figura 1 – Fluxograma representando a busca e seleção dos artigos para análise**  
(delineado pelos autores, 2024).

### 3. RESULTADOS

Foram identificados vários estudos com a temática telessaúde, entretanto os estudos encontrados com a abordagem central voltada à oferta da modalidade teleducação para o profissional de saúde na atenção básica foram escassos.

Os artigos selecionados para este trabalho foram publicados entre os anos 2012 e 2023, e sua leitura propiciou um panorama sobre a implantação da teleducação enquanto recurso para promover a educação permanente em saúde aos profissionais que atuam, principalmente, no SUS.

Os 13 trabalhos estão assim distribuídos por ano de publicação: 2012 (1), 2014 (01), 2015 (02), 2018 (03), 2019 (01), 2020 (02), 2021 (01), 2022 (01) e 2023 (01). Observa-se que a seleção abarca os anos posteriores à reformulação do Programa Telessaúde no Brasil, o que

permitiu analisar com mais proximidade as estratégias que têm sido utilizadas em sua implementação, os resultados obtidos e os possíveis desafios.

Destaca-se ainda, na Tabela 1, o local de publicação dos artigos sendo, em sua maioria, concentrados nas regiões Sudeste e Nordeste. O público-alvo em oito estudos foi a equipe multiprofissional, a seguir equipes de enfermagem, médica, fonoaudiologia e odontologia. Com relação ao delineamento metodológico prevaleceram os estudos descritivos com abordagem qualitativa, dentre os quais incluem-se três categorizados como relatos de experiência, método considerado de grande relevância para este trabalho, por permitir melhor imersão nas vivências com a modalidade teleducação.

**Tabela 1 – Distribuição dos estudos de acordo com o local de publicação, público-alvo e método (autores, 2024).**

<b>Local</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Região Sudeste	6	46,1
Região Nordeste	4	30,8
Região Sul	2	15,4
Região Norte	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>
<b>Público-alvo</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Equipe Multidisciplinar	8	61,5
Equipe de Enfermagem	2	15,4
Equipe Médica	1	7,7
Equipe de Fonoaudiologia	1	7,7
Equipe de Odontologia	1	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>
<b>Método de Pesquisa</b>	<b>(n)</b>	<b>(%)</b>
Descritivo	06	46,1
Descritivo/Relato experiência	03	23,1
Estudo Transversal	02	15,4
Pesquisa-ação	01	7,7
Quanti-qualitativa	01	7,7
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>

Com intuito de organizar os dados constantes nos artigos os elementos, autoria, título, método e os principais resultados, considerações e/ou conclusões foram organizados de forma estruturada no Quadro 1.



**Quadro 1 – Síntese das publicações sobre teleeducação no âmbito da Educação Permanente em Saúde (autores, 2024).**

N	Ano	Título	Autor (es)	Objetivo (s)	Método	Resultados/ conclusões
01	2012	Tele-educação para educação continuada das equipes de saúde da família em saúde mental: a experiência de Pernambuco, Brasil.	Novaes et al., 2012.	Apresentar as estratégias oferecidas para a implementação e a avaliação de um serviço de tele saúde oferecidas pela Rede de Núcleos de Tele saúde de Pernambuco para as equipes de saúde da família.	Estudo descritivo / Relato de experiência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- As estratégias aplicadas para promover a teleeducação colaboraram para a retaguarda assistencial, suporte técnico pedagógico e integração de diversos setores institucionais e interestaduais;</li> <li>- Observou-se boa adesão dos profissionais quando utilizada a técnica “roda de conversa”;</li> <li>- Como fatores intervenientes citaram-se a rede para conexão/ baixa conectividade no estado e o desafio de inserir novas tecnologias no cotidiano dos profissionais;</li> <li>- Percebeu-se uma baixa adesão da categoria médica ao Projeto, apesar de ser o público-alvo.</li> </ul>
02	2014	Avaliação da capacitação dos enfermeiros em unidades básicas de saúde por meio da tele enfermagem.	Godoy et al., 2014.	Avaliar a educação permanente a distância para a equipe de enfermagem das Unidades Básicas de Saúde.	Estudo descritivo com abordagem qualitativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A educação a distância para a equipe de enfermagem propicia oportunidade de aprendizado e atualização para subsidiar uma prática assistencial com maior qualidade e resolutividade;</li> <li>- A participação do profissional permite integração a novas ferramentas tecnológicas e novas formas de aprender;</li> <li>- O aprendizado pode ser oportunizado em áreas remotas a vários profissionais simultaneamente e durante o expediente;</li> <li>- Falhas de conectividade e dificuldade no manuseio das ferramentas tecnológicas configuraram-se como fatores intervenientes para os profissionais;</li> <li>- Foi percebida a necessidade de maior conscientização dos profissionais para melhor adesão e percepção do potencial desta modalidade educacional.</li> </ul>
03	2015	Teleconsultoria e videoconferência como estratégias de Educação permanente para as equipes de saúde da família.	Guimarães et al., 2015.	Avaliar a relação existente entre as áreas temáticas solicitadas nas teleconsultorias e os temas propostos para as videoconferências entre 2008-2012.	Estudo exploratório, com abordagem qualitativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No período analisado pelo estudo foram realizadas 89 videoconferências, sendo elencadas 11 categorias temáticas;</li> <li>- A área mais solicitada para videoconferência foi na temática Saúde da Mulher;</li> <li>- Observaram-se aproximação das áreas temáticas das dúvidas descritas nas teleconsultorias e os temas propostos para as videoconferências, indicando que os profissionais utilizam os recursos da Telessaúde para discutir a realidade assistencial vivenciada nas Unidades de Saúde.</li> </ul>
04	2015	Avaliação do emprego de videoconferências para a capacitação a distância dos médicos das equipes de saúde da família dentro do projeto nacional telessaúde.	Penma et al., 2015	Avaliar o emprego das videoconferências do Projeto Nacional de Telessaúde no período de 2009 a 2013.	Estudo descritivo, retrospectivo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atestou-se baixa adesão dos Municípios atendidos pelo Projeto às videoconferências;</li> <li>- Constatou-se baixa adesão dos médicos às conferências para Telemedicina e que nestas houve grande participação de outros profissionais como enfermeiros;</li> <li>- Inferiu-se como fatores intervenientes à baixa adesão: existência de ESF sem médicos participantes, desinteresse dos médicos comparados aos demais profissionais, sobrecarga de trabalho e a falta de incentivo dos gestores à participação no projeto;</li> <li>- Os participantes avaliaram positivamente os temas abordados e imagem, entretanto avaliaram negativamente a qualidade do som das conferências, provavelmente associada a falhas de conectividade nos Municípios;</li> <li>- Perceberam-se a necessidade de mais divulgação do Projeto, a sensibilização dos profissionais e gestores, melhoria do aparato tecnológico e a capacitação dos profissionais de informática dos Municípios.</li> </ul>
05	2018	Tecnologias de informação e comunicação para formação profissional em Odontologia: uma proposta do Telessaúde/ES.	Pacheco et al., 2018	Apresentar e discutir uma proposta de ambiente virtual de aprendizagem direcionado à Odontologia	Pesquisa-ação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A pesquisa compreendeu as seguintes etapas: diagnóstico situacional, definição das necessidades específicas de teleeducação, oferta de conteúdos educativos virtuais aos profissionais e avaliação;</li> <li>- Verificou-se um aumento progressivo de participação das equipes de saúde bucal após o início das atividades específicas voltadas à Odontologia, a partir das necessidades identificadas junto às próprias equipes;</li> <li>- Identificaram-se como fatores limitantes a dificuldade de manejo das ferramentas digitais por profissionais e a ausência de estrutura tecnológica ou conectividade adequada;</li> <li>- Destacou-se que a ausência de um horário “protegido” dentro da carga horária de trabalho configura-se como um desafio para efetivar a teleeducação como parte do cotidiano laboral.</li> </ul>

**Quadro 1 – Síntese das publicações sobre teleeducação no âmbito da Educação Permanente em Saúde (autores, 2024).**

N	Ano	Título	Autor (es)	Objetivo (s)	Método	Resultados/ conclusões
06	2018	Utilização do Programa Telessaúde no Maranhão como ferramenta para apoiar a Educação Permanente em Saúde.	Bernardes et al., 2018.	Avaliar a utilização dos serviços ofertados pelo Núcleo Estadual de Telessaúde do Maranhão como ferramenta para apoiar a Educação Permanente em Saúde para os profissionais de saúde da atenção básica.	Estudo descritivo com abordagem quantitativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificou-se que a maioria dos participantes nas webpalestras direcionadas para atenção básica eram enfermeiros e estudantes da área da saúde;</li> <li>- Os temas da atenção básica com maior participação no período do estudo (2015-2016) foram assistência à Saúde da Mulher, doenças infecciosas e arbovírus;</li> <li>- É fundamental incentivar a participação crescente, não só da equipe de enfermagem, mas de todos os profissionais que compõem a equipe assistencial no processo de teleeducação.</li> </ul>
07	2018	Utilização do Telessaúde na Educação Permanente pelos Enfermeiros da Estratégia da Saúde da Família.	Brown, et al., 2018	Identificar os desafios enfrentados pelas enfermeiras da Estratégia Saúde da Família (ESF) para utilização do Programa Telessaúde	Estudo descritivo com abordagem quantitativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Na percepção dos profissionais a principal facilidade para a utilização do Telessaúde está relacionada à conectividade e comunicação;</li> <li>- A disponibilização dos recursos do telessaúde permitiu utilizar os recursos da modalidade de teleeducação, como a organização de palestras e material de apoio para a capacitação;</li> <li>- O Programa colaborou para melhoria da qualidade assistencial, entretanto a equipe multiprofissional da ESF não adere integralmente ao mesmo;</li> <li>- Sugerem-se mais sensibilização e a capacitação, para tornar o programa uma ferramenta de uso multiprofissional.</li> </ul>
08	2019	O telessaúde como estratégia de educação permanente em saúde dos trabalhadores do SUS.	Coutinho, et al., 2019.	Apresentar a experiência de uma secretaria estadual de saúde diante do processo de implantação de dispositivos de Educação Permanente em Saúde para os trabalhadores da atenção primária por meio da estratégia do Telessaúde.	Estudo descritivo / Relato de experiência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implantação da teleeducação, com a cobertura de 98,7% dos municípios e oferta de 24 ações de teleeducação para os profissionais da Estratégia Saúde da Família;</li> <li>- Os resultados apontam a teleeducação como estratégia eficiente para educação permanente, com possibilidade de aumentar a resolutividade dos profissionais por meio de ações formativas e complementares e troca de experiências;</li> <li>- Os problemas na infraestrutura, de conectividade e falta de conhecimento de alguns profissionais e gestores são apontados como possíveis fatores intervenientes;</li> <li>- Compreender a educação permanente como estratégia de gestão e parte do processo de trabalho dos profissionais dos SUS, sugere a necessidade de protagonismo dos municípios, no que tange às suas reais necessidades de aperfeiçoamento, bem como maior incentivo, cooperação e oferta por parte das demais esferas de gestão.</li> </ul>
09	2020	Tele-educação em saúde da comunicação humana para o enfrentamento da triplíce epidemia em Pernambuco, Brasil: um relato de experiência.	Silva et al., 2020.	Avaliar o processo de implantação de sessões de tele-educação para os profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família	Estudo descritivo / Relato de experiência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerou-se que as sessões de educação permanente têm contribuído para a ação-reflexão, melhor a qualificação dos profissionais e a organização do processo de trabalho;</li> <li>- Infere-se que o não envolvimento das equipes profissionais, a pouca afinidade com as tecnologias, dificuldades de conectividade ou não incorporação da modalidade em suas práticas de trabalho são fatores dificultadores para baixa adesão à proposta de teleeducação;</li> <li>- Entretanto, conforme a avaliação dos profissionais participantes, a ação se constituiu uma proposta de fácil acesso, abrangente e promissora no processo de educação permanente para os profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde/ESF.</li> </ul>



Quadro 1 – Síntese das publicações sobre teleeducação no âmbito da Educação Permanente em Saúde (autores, 2024).

N	Ano	Título	Autor (es)	Objetivo (s)	Método	Resultados/ conclusões
10	2020	Educação e informação em saúde: iniciativas dos núcleos de tele saúde para o enfrentamento da Covid-19.	Caetano, et al., 2020.	Identificar e sistematizar as iniciativas de educação e de divulgação de informações em saúde direcionadas ao enfrentamento da pandemia pela COVID-19 produzidas pelos Núcleos de Telessaúde – Redes.	Estudo exploratório, transversal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Observaram-se a existência de diversas iniciativas e recursos audiovisuais, aplicativos e hot sites para a estruturação e divulgação de informações em saúde sobre a COVID-19 para os profissionais de saúde;</li> <li>- Identificou-se, igualmente, a intensa e difusa produção de conteúdo informativo sobre a COVID-19, para população em geral, incluindo webpalestras, jogo e materiais infográficos;</li> <li>- Constataram-se, em alguns Núcleos, a produção e divulgação de materiais específicos para atendimento à população infanto-juvenil e aos portadores de deficiência visual;</li> <li>- Verificaram-se a possibilidade de utilizar vários dispositivos e aplicativos para acessar os conteúdos como o celular e o WhatsApp, bem como a interação com mídias sociais, facultando a acessibilidade e propagação de informações;</li> <li>- Destacou-se a estratégia da criação de espaços para esclarecer dúvidas sobre a doença e cuidados, para combater a <i>fake News</i>, comuns no contexto pandêmico.</li> <li>- Ressalta-se a necessidade de se assegurar conectividade e infraestrutura para otimização das informações e conteúdos educativos disponibilizados pelos Núcleos.</li> </ul>
11	2021	Educação permanente e sua interface com melhores práticas em enfermagem na Atenção Primária à Saúde.	Vendruscolo et al., 2021	Analisar a implicação do processo de educação permanente para o desenvolvimento das melhores práticas em enfermagem na Atenção Primária à Saúde.	Estudo quantitativo-qualitativo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificou-se que um contingente relevante de profissionais se sente motivado a participar de ações educativas;</li> <li>- A Telessaúde foi um dos principais meios utilizados para realizar a Educação Permanente dos enfermeiros que participaram do estudo;</li> <li>- Percebeu-se, como fator interveniente no processo de educação profissional, a sobrecarga de trabalho;</li> <li>- O grupo de profissionais concebe a importância da integração ensino-serviço por meio da recepção de alunos no cenário de prática.</li> </ul>
12	2022	Incorporação de tele saúde na atenção primária à saúde no Brasil e fatores associados.	Sarti, Almeida, 2022.	Analisar a utilização do Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS) brasileira, identificando os fatores relacionados.	Estudo transversal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificou-se significativa utilização da ferramenta entre as equipes que tinham o telessaúde implantado na unidade de saúde;</li> <li>- A teleeducação foi a modalidade de serviço ofertado pelos programas de telessaúde mais frequentemente usada pelas equipes (69,5% da amostra);</li> <li>- Ausência do Programa implantado na Unidade, problemas com a conectividade, falta de incentivo/ apoio dos gestores foram identificados no estudo;</li> <li>- Infere-se que a utilização do telessaúde pelas equipes da APS pode ser implementada com estratégias de fortalecimento do apoio institucional às equipes de saúde, qualificação dos processos de trabalho e intensificação da integração das políticas de educação permanente a partir das necessidades e contextos de inserção dos profissionais de saúde.</li> </ul>
13	2023	A oferta dos cursos de educação permanente em saúde utilizando a plataforma virtual de aprendizagem: capacitação dos profissionais de saúde no período pandêmico da Covid-19 no Brasil nos anos de 2020 e 2021.	Pedreno et al., 2023.	Descrever quais ações de Educação Permanente em Saúde oferecidas pelas plataformas de aprendizagem virtual foram produzidas no período pandêmico da COVID-19, no Brasil.	Estudo descritivo com abordagem quantitativa.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No período analisado, os temas mais abordados para a qualificação dos profissionais de saúde foram Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) seguido de Covid-19;</li> <li>- Os cursos voltados para qualificação sobre a Covid-19 abordam principalmente o manejo clínico da doença dentro dos serviços de saúde;</li> <li>- Constatou-se a relevância do uso das tecnologias digitais para a readaptação e planejamento das ofertas das ações de educação permanente em saúde à distância para os profissionais;</li> <li>- A disponibilização dos cursos permitiu o acesso, a capacidade de autonomia desses profissionais de saúde e a propagação do conhecimento técnico-científico para enfrentamento à pandemia.</li> </ul>

Considera-se que para a atuação na área da saúde e para prestação de uma assistência assertiva e com mais qualidade seja fundamental dar seguimento ao fortalecimento das competências, atitudes e habilidades adquiridas na graduação e promover a aquisição ou o desenvolvimento de novos atributos nestas dimensões, bem como estimular o pensamento crítico e reflexivo que contribua para uma prática mais humanizada (Godoy et al., 2014; Penna et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Coutinho, et al., 2019).

Concebe-se que a percepção e a ponderação sobre a necessidade de incorporar a tecnologia na formação e na atuação do profissional em saúde são remotas e, no Brasil, podem ser consideradas como iniciativas para fomentar este acesso aos profissionais de saúde: a Portaria nº 198, de 2004, que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a criação do Programa Nacional de Telessaúde, em 2007 (Pacheco et al., 2018; Bernardes et al., 2018; Vendruscolo et al., 2021; Sarti; Almeida, 2022).

Enfatiza-se que a expansão dos Núcleos de Telessaúde e a ampliação dos pontos de atendimento nos municípios, em todas as regiões do país, colaboraram para fortalecer a teleducação como uma estratégia para a formação e capacitação dos profissionais na Atenção Básica, pilar estrutural do SUS, e conseqüentemente, implementar a promoção da saúde e prevenção de agravos nestas localidades (Novaes et al., 2012; Godoy et al., 2014; Coutinho, et al., 2019; Vendruscolo et al., 2021; Pedreno et al., 2023).

Desta forma, a teleducação se estrutura como uma ferramenta viável e diversificada para corroborar o atendimento das atuais diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde que apresentam como foco prioritário a formação e qualificação de recursos humanos para atuar na atenção primária e, de acordo com as prioridades locais, impulsionar o desenvolvimento tecnológico e científico (Bernardes et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Silva et al., 2020; Vendruscolo et al., 2021; Sarti; Almeida, 2022; Pedreno et al., 2023).

Salienta-se que a educação permanente é concebida como a aprendizagem que ocorre no trabalho. Neste contexto, compreende-se que o saber, o saber-fazer e o ensinar devem estar interligados e agregados aos processos de trabalho. Desta forma, a educação permanente mediada pela modalidade teleducação também deve estar fundamentada no conceito de aprendizagem com significado e que, por meio dela, será possível estimular a transformação das práticas e da realidade do território por contribuir para a formação de profissionais mais crítico-reflexivos e com a promoção do cuidado em saúde pautado na valorização dos sujeitos e na ética (Brown et al., 2018; Coutinho et al., 2019; Silva et al., 2020; Sarti; Almeida, 2022).

No intuito de fortalecer e ampliar a integração dos serviços na atenção básica, iniciativas têm sido desenvolvidas e aplicadas. O pressuposto básico consiste em identificar o perfil dos profissionais e as necessidades elencadas como prioritárias ou emergentes na área ou região a ser atendida. Com o reconhecimento inicial e considerando a alocação dos recursos tecnológicos, pode-se determinar a temática e as ferramentas ou metodologia mais relevante para

contemplar as demandas (Guimarães et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Caetano, et al., 2020; Silva et al., 2020; Sarti; Almeida, 2022).

Entre os diversos métodos disponíveis para viabilizar a teleducação, citam-se as videoconferências, webseminários, webaulas, repositórios de aulas gravadas, cursos, minicursos, fóruns de discussão entre outros. Estes recursos permitem diversidade, inovação e uma abordagem mais dinâmica e interativa dos conteúdos, o que pode configurar um estímulo para a participação, interação e motivação para adesão às ações, pelos profissionais. Outra vantagem é a possibilidade de serem ofertados de forma síncrona ou assíncrona, maximizando a flexibilidade ao seu acesso e sua utilização pelos trabalhadores (Novaes et al, 2012; Godoy et al., 2014; Brown, et al., 2018; Caetano, et al., 2020; Pedreno et al., 2023).

Ressalta-se, entretanto, que estes fatores não garantem a participação dos profissionais nas atividades educativas a distância. A não apropriação das ferramentas tecnológicas e as rupturas na conectividade estão entre as principais causas associadas à baixa adesão às propostas de teleducação na Atenção Básica. Apesar da rápida propagação do uso da tecnologia e das mídias sociais, as barreiras para a sua expansão e seu acesso, sobretudo nos municípios mais distantes, persistem e configuram-se como desafio para os coordenadores dos Núcleos de Tele-saúde e gestores locais (Godoy et al., 2014; Penna et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Silva et al., 2020; Vendruscolo et al., 2021).

Infere-se como um ponto relevante para a não participação oportuna dos profissionais, principalmente nas ações síncronas, a não observância de “tempo protegido” para realizar as atividades. A disponibilidade do colaborador é um requisito fundamental para efetivação da estratégia, mas configura-se em um paradoxo na prática vivenciada em diversas localidades, pois percebe-se secundário o estabelecimento de condições favoráveis para que o processo ocorra durante a jornada de trabalho e seja considerado inerente ao próprio trabalho (Brown, et al., 2018; Pacheco et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Vendruscolo et al., 2021).

Concebe-se que os recursos de teleducação durante o cenário pandêmico pela COVID-19 supriram, em grande parte, a veiculação de informações, as necessidades de capacitação, a troca de experiências e configuraram-se como uma relevante rede de apoio para tomada de decisão, na atenção básica, pelos profissionais na chamada “linha de frente”. Esse movimento traduziu-se em um processo de educação na saúde em que foi possível observar a utilização da problematização, da otimização de recursos e da transformação das práticas, pela urgência em organizar o processo de trabalho (Caetano, et al., 2020; Pedreno et al., 2023).

Percebe-se, na retaguarda dessas iniciativas, que há compromisso e perseverança de profissionais que acreditam no potencial dos recursos tecnológicos e digitais para o desenvolvimento contínuo dos profissionais, sua conscientização e conseqüente aprimoramento de suas práticas e melhoria continuada da qualidade dos serviços inerentes ao processo assistencial na atenção primária à saúde (Guimarães et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Caetano, et al., 2020; Pedreno et al., 2023).

Ressalta-se que, durante o processo de apreciação das publicações elencadas, não foi percebida contraposição entre os autores nas categorias listadas para discussão.

#### **4. DISCUSSÃO**

Durante a análise dos artigos sobressaíram dois enfoques que nortearam a discussão, ou seja, a aplicabilidade da teleducação para impulsionar a educação permanente do profissional que atua na atenção básica e os fatores restritivos observados nesta implementação.

Para melhor contextualização deste cenário, destaca-se que as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a formação do profissional em saúde, estão alinhadas aos preceitos da Constituição Federal e aos princípios do SUS. Nelas estão definidos os elementos norteadores para promover o desenvolvimento do perfil dos profissionais que almeja, entre outros domínios, a valorização da vida, o atendimento às necessidades sociais em saúde, a integração ensino-serviço-gestão-comunidade, a integralidade e o trabalho interprofissional (Moraes; Costa, 2016; Pacheco et al., 2018; Castro et al., 2019; Veras; Feitosa, 2019; Vendruscolo et al., 2021).

Observam-se, devido ao intuito de atender à crescente demanda por qualidade no setor de serviços voltados à saúde, a ampliação das discussões sobre este tema e a elaboração de políticas voltadas para qualificar os trabalhadores na assistência, sendo as estratégias mais utilizadas para otimizar o processo de educação permanente, a promoção da acessibilidade aos recursos tecnológicos e a ampliação de sua utilização, por meio da incorporação destes instrumentos na prática profissional (Pacheco et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Dolny et al., 2019; Andrade et al., 2020; Jesus; Rodrigues, 2022).

O Programa Telessaúde Brasil, com o apoio de Universidades Federais, foi uma das estratégias instituídas neste âmbito. Implantado inicialmente em nove estados brasileiros, empreendeu atividades de telemonitoramento, teleconsultoria e teleducação em municípios que contavam com a Estratégia Saúde da Família (ESF). A partir dessa experiência, houve a publicação da Portaria Ministerial nº 2.546, em 2011, que redefiniu e consolidou o Programa que passou a ser nomeado “Telessaúde Brasil Redes” e entre seus objetivos, destaca-se a promoção da Educação Permanente dos profissionais atuando no SUS (Carneiro; Brant, 2013; Bernardes et al., 2018; Nilson et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Dolny et al., 2019; Ribeiro-Rotta et al., 2022).

Salienta-se que, para alocação dos recursos para executar as ações de educação permanente, são observados critérios como o percentil de cobertura pela ESF, incluindo-se a Saúde Bucal e a Atenção Psicossocial e o número de profissionais na área em exercício no SUS. Estes requisitos foram definidos por estarem associados às chamadas iniquidades regionais que incluem: a dificuldade de acesso à assistência em saúde, a indisponibilidade de profissionais qualificados ou instrumentalizados para atendimento, assim como baixa resolutividade nos locais geograficamente distantes (Brasil, 2011; Godoy et al., 2014; Guimarães et al., 2015; Botrugno et al., 2019; Coutinho, et al., 2019).

Com a finalidade de responder estas demandas, a oferta de educação permanente aos trabalhadores deve ser um processo pautado no modelo de aprendizagem crítico-reflexiva para possibilitar a sua aplicabilidade no contexto do trabalho. A instrumentalização e o aperfeiçoamento, neste cenário, podem efetivar concretas mudanças nos processos assistenciais e agregar qualidade ao cuidado, com maior resolutividade local e ampliação da rede de apoio ao usuário do SUS (Coutinho, et al., 2019; Lopes et al., 2019; Pinheiro et al., 2019; Silva et al., 2020; Figueiredo et al., 2022; Jesus; Rodrigues, 2022; Matias et al., 2023).

Evidencia-se que a inserção da teleeducação nos espaços da atenção básica pode propiciar esta vivência aos trabalhadores. A incorporação de ferramentas tecnológicas no campo de atuação prática e a interação com os grandes centros de atenção, ensino e pesquisa podem promover o conhecimento e beneficiar as localidades mais remotas. Essa dinâmica pode facultar, ainda, a discussão das reais demandas assistenciais e a inclusão de todos os atores envolvidos na produção e na gestão dos processos de cuidado (Novaes et al, 2012; Godoy et al., 2014; Guimarães et al., 2015; Brown, et al., 2018; Dolny et al., 2019; Matos; Silva, 2019; Vendruscolo et al., 2021).

Ademais, aspectos devem ser considerados como intervenientes para incorporação da teleeducação como parte do processo de trabalho das equipes assistenciais, como a indisponibilidade de tempo do profissional e o pouco conhecimento ou a não credibilidade sobre a modalidade. Estas causas podem estar associadas a pouca divulgação dos projetos e das ações nos municípios que possuem pontos para a teleeducação ou ainda, a ausência de apoio efetivo por parte das lideranças (Carneiro; Brant, 2013; Penna et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Dolny et al., 2019; Barcellos et al., 2020; Vendruscolo et al., 2021).

Correlacionada está a lacuna existente na alocação de recursos humanos na atenção básica, principalmente na ESF. É referenciada como um fator de impacto negativo que ocasiona a sobrecarga de tarefas e a necessidade de priorização das ações assistenciais, em detrimento as oportunidades de aperfeiçoamento. Considerando que as técnicas de teleeducação pressupõem a participação oportuna, proativa e recorrente da equipe multiprofissional, são relevantes mais investimento, melhor planejamento e maior sensibilização dos gestores neste âmbito (Penna et al., 2015; Harzheim et al., 2019; Barcellos et al., 2020; Vendruscolo et al., 2021).

Não obstante à relevância das decisões na esfera de gestão, salienta-se que o processo é multifacetado e que os profissionais devem ser protagonistas e mediadores dele. Estudos identificaram que os recursos ofertados pela teleeducação são os mais utilizados na atualidade para aprimorar o conhecimento e para a progressão na carreira profissional. Apesar disso, ainda é observada a ausência de motivação pessoal para o engajamento nas atividades de teleeducação ofertadas no trabalho, o que demonstra ser fundamental aplicar novas abordagens para elucidação dos profissionais para ampliar sua adesão e melhorar sua percepção sobre o potencial desta modalidade (Novaes et al, 2012; Penna et al., 2015; Brown, et al., 2018; Lamante et al., 2019; Oliveira et al., 2022).

Considera-se que, para colaborar nesta construção, o planejamento de gestão também deve prever e incluir oportunidades para a aplicação de técnicas que objetivem promover um espaço para a discussão e reflexão conjunta entre equipe multiprofissional, sobre a importância da educação permanente para aperfeiçoar os processos de trabalho na atenção básica. Este exercício, planejado e recorrente, pode favorecer concomitantemente a divulgação, a incorporação e a utilização cotidiana dos recursos de teleducação, pelos profissionais de saúde que atuam no SUS (Novaes et al, 2012; Godoy et al., 2014; Bernardes et al., 2018; Coutinho, et al., 2019; Lamante et al., 2019; Figueiredo et al., 2022; Oliveira et al., 2022).

Para fundamentar a necessidade de ampliar as estratégias para sensibilização dos profissionais, cita-se o advento do Coronavírus em 2020. Sob um cenário emergente e restritivo observaram-se um aumento espontâneo na demanda e consequente visibilidade do potencial da teleducação. A busca por informação célere e segura, assim como a necessidade de acrescer conhecimento e melhor expertise para a assistência ou sobre as medidas de precaução do agravo afiguraram-se como fatores de estímulo para impelir lideranças, profissionais e comunidade a acessar e utilizar as ferramentas virtuais educativas (Caetano, et al., 2020; Carrer et al., 2022; Campos Filho et al., 2023; Pedreno et al., 2023).

Em contrapartida, evidencia-se que este evento, apesar de obscuro, representou uma grande oportunidade para os Núcleos de Telessaúde fortalecerem a estratégia teleducação junto aos municípios, como também possibilitou ampliar o seu acesso junto à comunidade acadêmica e sociedade. Várias iniciativas surgiram por meio da mobilização, envolvimento e colaboração de profissionais de diversas áreas e inúmeros recursos multimídia e aplicativos foram elaborados e disponibilizados para consulta em diversos formatos e dispositivos, como celulares, para garantir divulgação oportuna de informações, sobretudo às populações mais vulneráveis (Caetano, et al., 2020; Celuppi et al., 2021; Carrer et al., 2022; Campos Filho et al., 2023; Pedreno et al., 2023).

Efetivamente, todo o movimento realizado em prol da educação e da assistência à distância, neste período, tratou-se de uma experiência de fomento ao processo de educação permanente. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que a construção mediada por recursos da teleducação, durante a pandemia, só foi possível devido às experiências prévias obtidas com a execução de diversos projetos elaborados e implementados desde a estruturação do Programa Telessaúde, no ano de 2007 (Coutinho, et al., 2019; Silva et al., 2020; Sarti; Almeida, 2022; Campos Filho et al., 2023; Vieira et al., 2023).

Comprovou-se que não só os enfrentamentos para a efetivação da estratégia teleducação, para promover a educação permanente, são multifatoriais e englobam desde a indisponibilidade de recursos humanos e tecno-digitais à necessidade de refinamento no exercício da esfera do planejamento e de gestão, mas também mais proatividade dos atores, ou seja, melhor engajamento pela equipe multiprofissional no processo (Penna et al., 2015; Pacheco et al., 2018; Silva et al., 2020; Lamante et al., 2019; Oliveira et al., 2022).



Não obstante, no decorrer da análise, asseverou-se que há uma contínua ampliação da rede para propiciar aos trabalhadores maior acessibilidade e oportunidade a momentos para educação permanente. Compreende-se que a teleducação tem oportunizado às equipes na Atenção Básica a possibilidade de conhecer novas ferramentas e, por meio delas, reduzir a distância entre os centros urbanos e Universidades. A ampliação dos meios para teleducação tem conectado saberes e instrumentalizado profissionais dos SUS para uma prática mais humanizada e que almeja a excelência da qualidade assistencial em saúde.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise dos artigos assegurou a grande potencialidade da teleducação para fortalecer a educação permanente na saúde. Observou-se que, no decorrer do processo de implementação do Programa Nacional de Telessaúde, os Núcleos de Telessaúde têm sido responsáveis por apoiar e mediar as ações de teleducação e progredido positivamente em seus objetivos para colaborar na ampliação da comunicação, na qualificação profissional e na melhoria da qualidade da assistência ofertada na Atenção Básica.

A integração dos Núcleos, pautada em um sistema em rede, facilita a implantação de pontos de conexão em todo o país, o que permite a capilaridade das ações de teleducação para melhor atendimento das demandas locais e consolidar a Educação Permanente no SUS.

Asseverou-se, entretanto, a existência de pontos para aprimoramento do processo educativo mediado pela tecnologia, como a necessidade de refinar o planejamento de ações para educação permanente e a destinação de investimentos para melhor adequação de recursos humanos e tecnológicos, ou ainda, suprir a carência em desenvolver mecanismos que incitem o maior envolvimento e adesão pela equipe multiprofissional nas ações propostas.

A teleducação como estratégia fortalece-se por suas inúmeras possibilidades e por sua incorporação na dinâmica da sociedade. Presencia-se, atualmente, uma crescente inserção dos recursos da teleducação nas instituições voltadas ao ensino técnico e superior. Esse processo pode estimular a usabilidade e a apropriação do aparato tecnológico ainda na educação formativa e confirmar a consolidação gradativa da teleducação como ferramenta intrínseca aos processos de aperfeiçoamento e prática em saúde dos futuros profissionais.

Por valorizar a dimensão e a relevância deste tema, considera-se fundamental realizar novas abordagens neste âmbito. Destaca-se, pelos achados neste estudo, a necessidade de aprofundar a reflexão acerca das percepções dos trabalhadores sobre a estratégia, sua incorporação no cotidiano do trabalho e o seu impacto na prestação do cuidado em saúde.

## 6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Kelly Gomes Messias et al. Implantação do programa de educação permanente em saúde: uma contribuição para o fortalecimento do SUS. **Debates em Educação**. v. 12, n. 26, p. 97-108, 2020. DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2020v12n26p97-108>

BARCELLOS, Rosilene Marques de Souza et al. Educação permanente em saúde: práticas desenvolvidas nos municípios do estado de Goiás. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.18, n. 2, e0026092, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sol00260>

BERNARDES, Ariane Cristina Ferreira; COIMBRA, Liberata Campos; SERRA, Humberto Oliveira. Utilização do Programa Maranhão Telessaúde como ferramenta de apoio à Educação Permanente em Saúde. **Rev Panam Saúde Pública**, v. 42, e134, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2018.134>

BOTRUGNO Carlo; GOLDIM, José Roberto; FERNANDES, Márcia Santana. El telesalud Brasil redes: Um sistema tecnológico “socialmente comprometido”. **Latin Am J telehealth**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 044-058, 2019. DOI:10.32443/2175-2990(2019)271.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. Portaria nº 2.546, de 27 de outubro de 2011. Redefine e amplia o Programa Telessaúde Brasil, que passa a ser denominado Programa Nacional Telessaúde Brasil Redes (Telessaúde Brasil Redes). Brasília, DF: MS; 2011 [13 de outubro de 2023] Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546\\_27\\_10\\_2011.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2546_27_10_2011.html)

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Departamento de Informática do SUS. Estratégia de Saúde Digital para o Brasil 2020-2028 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Departamento de Informática do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2020.128 p.: il. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia\\_saude\\_digital\\_Brasil.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategia_saude_digital_Brasil.pdf)

BROWN, Denilien; CERETTA, Luciane Bisognin; SORATTO, Maria Tereza. Utilização do telessaúde na educação permanente pelos enfermeiros da Estratégia da Saúde da Família. **Enfermagem Brasil**, v. 17, n. 4. p. 326-335, 2018.

CAETANO, Rosângela et al. Informação e educação em saúde como estratégia de enfrentamento da covid-19 pelos Núcleos de Telessaúde. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v.10, e3888, 2020. DOI: <http://doi.org/10.19175/recom.v10i0.3888>

CAMPOS FILHO, Amadeu Sá et al. Estratégias de Teleeducação no enfrentamento da COVID-19 no Nordeste do Brasil. **Journal of Health Informatics**, v.15 (Esp), jul. 2023. DOI: <https://doi.org/10.59681/2175-4411.v15.iEspecial.2023.1092>

CARNEIRO, Vanessa Florencio; BRANT, Luiz Carlos. Telessaúde: dispositivo de educação permanente em saúde no âmbito da gestão de serviços. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, v. 4, n. 2, p. 2365-2387, 2013. DOI: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/274>

CARRER, Fernanda Campos de Almeida et al. O processo de trabalho em saúde bucal coletiva em tempos de pandemia: a contribuição da teleeducação com a teleodontologia. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 23, n. 2, p. 153-163, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52753/bis.v23i2.39885>

CASTRO, Frank Sousa; CARDOSO, Alessandra Marques; PENNA, Karlla Greick Batista Dias. As Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde abordam as políticas públicas e o Sistema Único de Saúde? **Revista Brasileira Militar De Ciências**, v. 5, n. 12, p. 29-34, 2019. DOI 10.36414/rbmc.v5i12.11.

CAVALCANTE, Livia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, p. 83-102, 2020.

CELUPPI, Ianka Cristina et al. An analysis of the development of digital health technologies to fight COVID-19 in Brazil and the world. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 3, e00243220, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00243220>

COUTINHO, Márcio Lemos et al. O Telessaúde como estratégia de educação permanente em saúde dos trabalhadores do SUS. *Rev. baiana saúde pública*, v.43, n.1, p. 301-309, 2019. DOI: 10.22278/2318-2660.2019.v43.n1.a2764.

DOLNY, Luise Lüdke et al. Serviços de Telessaúde como apoio à Educação Permanente na Atenção Básica à Saúde: uma proposta de modelo avaliativo. **Interface**, v. 23, e180184, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180184>

FIGUEIREDO, Eluana Borges Leitão et al. Educação Permanente em Saúde: uma política interprofissional e afetiva. **Saúde Debate**, v. 46, n. 135, p. 1164-1173, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202213515>

GODOY, Solange Cervinho Bicalho; GUIMARAES, Eliane Marina Palhares; ASSIS, Driely Suzy Soares. Avaliação da capacitação dos enfermeiros em unidades básicas de saúde por meio da telenfermagem. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 148-155, 2014. DOI: 10.5935/1414-8145.20140022.

GUIMARÃES, Eliane Marina Palhares et. al. Teleconsultoria e videoconferência como estratégia de educação permanente para as equipes de saúde da família. **Cogitare Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 376-384, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v20i2.39120>

HARZHEIM, Ermo et al. Telessaúde como eixo organizacional dos sistemas universais de saúde do século XXI. **Rev Bras Med Fam Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1881, 2019. [http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14\(41\)1881](http://dx.doi.org/10.5712/rbmfc14(41)1881)

JESUS, Josefa Maria; RODRIGUES, Waldecy. Trajetória da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 20, e:001312201, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs1312>

LAMANTE, Márcia Parente Silva et al. A educação permanente e as práticas em saúde: concepções de uma equipe multiprofissional. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 7, n.14, p. 230-244, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2019.v.7.n.14.268>

LOPES, Maria Tereza Soares Rezende et al. Educação permanente e humanização na transformação das práticas na atenção básica. **Rev Min Enferm.**, n. 23, e-1161, 2019. DOI: 10.5935/1415-2762.20190009.

MARENGO, Livia Luize et al. Tecnologias móveis em saúde: reflexões sobre desenvolvimento, aplicações, legislação e ética. **Rev Panam Salud Publica**. V.46, e37, 2022. DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2022.37>

MATIAS, Suely Ângelo; YAVORSKI, Rosely; CAMPOS, Maria Aparecida Santos. Educação permanente: uma ferramenta pedagógica para transformação das práticas em saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 6, p. 1931–1946, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i6.10246>

MATOS, Rosivan; SILVA, Angélica Baptista. Telessaúde: uma estratégia de educação permanente aplicada às práticas e reorganização dos processos de trabalho na atenção básica no estado da Bahia. **Informação em Pauta**, v. 4, n. 2, p. 173-192, 2019. DOI: <https://doi.org/10.32810/2525-3468.ip.v4i2.2019.42643.173-192>

MORAES, Bibiana Arantes; COSTA, Nilce Maria da Silva Campos. Understanding the curriculum the light of training guiding health in Brazil. **Rev Esc Enferm USP**, v. 50, (Spe):009-016, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000300002>

NILSON, Luana Gabriele et al. Telessaúde: da implantação ao entendimento como tecnologia social. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**. v.5, n.1, p. 33-47, 2018. DOI: 10.14210/rbts.v5n1.p33-47.

NOVAES, Magdala de Araújo et al. Tele-educação para educação continuada das equipes de saúde da família em saúde mental: a experiência de Pernambuco, Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 43, p. 1095-1106, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1414-32832012005000043>

OLIVEIRA, Israel Victor et al. Educação permanente em saúde sob a ótica de gestores e trabalhadores da atenção primária à saúde. **Rer Inter Educ Saúde**, v. 6, e4412, 2022. DOI: <https://doi.org/10.17267/2594-7907ijeh.2022.e4412>

PACHECO, Karina Tonini dos Santos et al. Tecnologias de informação e comunicação para formação profissional em Odontologia: uma proposta do Telessaúde/ES. **Rev. ABENO**, v. 8, n. 3, p. 127-136, 2018. DOI:10.30979/rev.abeno.v18i3.548.

PALOSKI, Gabriela do Rosário et al. Contribuição do Telessaúde para o enfrentamento da COVID-19. **Esc Anna Nery**, v. 24(spe), e20200287, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0287>

PEDRENO, Juliana dos Santos et al. A oferta dos cursos de educação permanente em saúde utilizando a plataforma virtual de aprendizagem: capacitação dos profissionais de saúde no período pandêmico da COVID-19 no Brasil nos anos de 2020 e 2021. **Journal of Technologies Information and Communication**, v. 3, n. 1, artigo nº 13961. DOI: <https://doi.org/10.55267/rtic/13961>

PENNA, Gustavo Cancela et al. Avaliação do emprego de videoconferências para a capacitação a distância dos médicos das equipes de saúde da família dentro do projeto nacional telessaúde. **Rev. méd. Minas Gerais**, v. 25, n. 1, 2015. DOI: 10.5935/2238-3182.20150018.

PINHEIRO, Maria Carolina da Costa; HYPÓLITO, Álvaro Luiz Moreira; KANTORSKI, Luciane Prado. Educação permanente no processo de trabalho em saúde mental. **J. nurs. health.**, v. 9, n. 2, e:199203, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v9i2.13661>

RIBEIRO-ROTTA, Rejane Faria (Org.), et al. Telessaúde [E-book]. Goiânia: Cegraf UFG, 2022. 65p. ISBN: 978-85-495-0502-6. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/items/f8378c71-62ac-431d-9903-b336a562b3c9>

SÁNCHEZ-MARTÍN, Micaela et al. And, at first, it was the research question... The PICO, PECO, SPIDER and FINER formats. **Espiral. Cuadernos del Profesorado**, v. 16, n. 32, p. 126-136, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25115/ecp.v16i32.9102>

SARTI, Thiago Dias; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho. Incorporação de telessaúde na atenção primária à saúde no Brasil e fatores associados. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 4, e00252221, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311xpt252221>

SILVA, Tatiana de Paula Santana et al. Tele-educação em saúde da comunicação humana para o enfrentamento da tríplice endemia em Pernambuco, Brasil: um relato de experiência. **Rev. CEFAC**, v. 22, n. 3, e9519, 220. DOI: 10.1590/1982-0216/20202239519.

SILVA, Rodolfo Souza et al. O papel da Telessaúde na Pandemia Covid-19: Uma experiência Brasileira. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 26, n. 6, 2021. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021266.39662020>

SOUSA, Maria Sharmila Alina; WAINWRIGHT, Megan; SOARES, Cassia Baldini. Sínteses de evidências qualitativas: guia introdutório. **Bis**, v. 20, n. 2, p. 7-22, dez. 2019.

SOUSA, Milena Nunes Alves; BEZERRA, André Luiz Dantas; EGYPTO, Ilana Andrade Santos. Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v.21, n.10, p. 18448-83. 2023. DOI: 10.55905/oelv21n10-212.

VENDRUSCOLO, Carine et al. Educação permanente e sua interface com melhores práticas em enfermagem na atenção primária à saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, Supl. 1, fev., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v26i0.72725>

VERAS, Renata Meira; FEITOSA, Caio Cezar Moura. Reflexões em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Medicina a partir da Política Nacional de Promoção da Saúde. **Interface**, v. 23, Supl. 1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.170743>

VIEIRA, Silvana Lima et al. Ações de educação permanente em saúde em tempos de pandemia: prioridades nos planos estaduais e nacional de contingência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 5, p.1377-86, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232023285.11252022>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Monitoring and evaluating digital health interventions: a practical guide to conducting research and assessment [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2016. Organization. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/252183>